

Jornal FNP

Notícias da Frente Nacional de Prefeitos

Edição nº 101
Abril 2017
Distribuição gratuita

Maior evento sobre sustentabilidade urbana do país será de 24 a 28 de abril no estádio Mané Garrincha



Bento Viana / ENMG

Governantes, gestores e interessados na pauta da vida nas cidades participarão, em Brasília/DF, do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS). O evento gratuito terá espaços de debates e compartilhamento de experiências com objetivo de buscar alternativas para o enfrentamento da crise econômica e dos problemas locais. Saúde, Educação, Parcerias Público-Privadas (PPPs), Cidades Inteligentes e Humanas, Resíduos Sólidos e Mobilidade Urbana são alguns dos temas que serão abordados. **Págs. 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10**

FNP pede providências sobre novo regime para pagamento de precatórios

A FNP contestou, no dia 28 de março, o entendimento de alguns Tribunais de Justiça (TJ) locais sobre a aplicação do novo regime de pagamento de precatórios, instituído pela Emenda Constitucional 94/2016. O Pedido de Providências foi aberto no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), exemplificado pela situação de Rio Branco/AC e Porto Alegre/RS. **Pág. 3**

Cide Municipal pode ser alternativa para custear transporte público

A Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição 159-A aprovou, no dia 15 de março, a recomendação da FNP de ter a Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (Cide) Municipal sobre os combustíveis como alternativa para o barateamento das tarifas. Agora, a PEC segue para votação, em dois turnos, no plenário da Câmara dos Deputados. **Pág. 12**

**INSCREVA-SE
NO IV EMDS**



**IV ENCONTRO DOS MUNICÍPIOS COM O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Reinventar o financiamento e a governança das cidades
24 a 28 de Abril de 2017 | Estádio Mané Garrincha | Brasília - DF

INSCRIÇÕES NO SITE | www.emds.fnp.org.br

Em Joinville, música auxilia no tratamento de transtornos mentais

Divulgação / PMU



A prefeitura de Joinville/SC, por meio da Secretaria de Saúde, está utilizando a música como um dos tratamentos aos pacientes com transtornos mentais. Essa nova técnica é oferecida pelo Serviço Organizado de Inclusão

Social (Sois), no projeto “Clave de Sois”. As aulas são realizadas uma vez por semana sob coordenação da terapeuta ocupacional Cristiane Regina Tavares e da professora de música Joubert Guimarães.

A iniciativa começou, em 2015,

quando Cristiane observou que os pacientes demonstravam grande interesse para o canto. A partir disso, surgiu a ideia de criar esse projeto com oficinas musicais, e que já vem demonstrando resultados positivos.

“A oficina utiliza do canto em grupo como recurso terapêutico. No entanto, o aprendizado musical não é o principal objetivo, e sim uma consequência. Os objetivos do projeto ‘Clave de Sois’ são, entre outros, favorecer a socialização, a inclusão social, melhorar a qualidade de vida e humanizar a saúde”, explicou a terapeuta Cristiane.

O projeto também traz benefícios para quem recebe as apresentações, como os que estão internados. É um momento em que se muda o foco da doença e da dor e reduz o estresse. “A música além de trazer benefícios para quem canta, também provoca efeitos positivos na vida de quem ouve. Proporciona momentos de relaxamento e alívio de tensões. Ela estimula a memória, libera endorfina e dopamina,

contribuindo no alívio da dor e melhorando a qualidade de vida”, disse a terapeuta ocupacional.

Transtornos mentais

Cerca de 20% da população mundial é atingida por transtornos mentais. A Lei da Reforma Psiquiátrica no Brasil passou a evitar internações em hospitais psiquiátricos. Foram criados então, em 1986, os Caps – Centros de Atenção Psicossocial.

Em Joinville, o Sois é considerado um serviço diferenciado, além de ser um dos pioneiros no Brasil a atender o usuário e famílias após alta dos Caps. No Sois, eles desenvolvem ações de inclusão social, convivência e geração de renda ■



Belém garante melhoria do rendimento escolar com merenda de qualidade

Manter uma alimentação nutritiva e equilibrada é essencial para o bom desenvolvimento físico e intelectual de crianças e jovens que diariamente dedicam-se aos estudos. Na rede municipal de ensino de Belém/PA, a merenda escolar é prioridade. É uma das principais razões da melhoria do rendimento escolar dos mais de 70 mil alunos da rede municipal de ensino.

Segundo dados apresentados pela Fundação Municipal de Assistência ao Estudante (FMAE), 80% das crianças da rede municipal de ensino já se encontram no estado de eutrofia, que é o estado nutricional adequado. A avaliação, realizada através da aferição das medidas corpóreas de peso e estatura e considerando a idade, envolveu cerca de 3.500 alunos da educação infantil e fundamental e atendeu a resolução de número

26 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Sobre o projeto

“Educando com a Horta Escolar e a Gastronomia” objetiva intervir na cultura alimentar e nutricional dos estudantes com base no entendimento de que é possível promover a educação de crianças e comunidades no entorno das escolas por meio das hortas, incorporando a alimentação nutritiva, saudável e ambientalmente sustentável à prática pedagógica.

Desde que foi implantando na rede, o projeto ganhou destaque nacional e trouxe diversas premiações à capital paraense,

Divulgação / PMB



entre elas a de “Gestor Eficiente da Merenda Escolar”, promovida pela organização não governamental Fome Zero em parceria com o FNDE no ano de 2014 e a

certificação de título de tecnologia social pela Fundação Banco do Brasil em 2015. Além disso, durante o mês de maio de 2016, a Fundação Abrinq escolheu o projeto

“Educando com a Horta Escolar e a Gastronomia” como vencedor do Prêmio Boas Práticas, que deu ao prefeito Zenaldo Coutinho o título de “Prefeito Amigo da Criança” ■

Boa prática indicada pelo município

Presidente: Marcio Lacerda. Vice-presidente Nacional: Maguito Vilela. Vice-presidente para Reforma Federativa: Jairo Jorge. Vice-presidente Relações Institucionais: José Fortunati. Vice-presidente Relações com Congresso Nacional: Eduardo Paes. Secretário-geral: Luiz Marinho. Secretário-executivo: Gilberto Perre. Jornalista responsável: Paula Aguiar (DRT-RS 12.145). Reportagem: Bruna Lima, Ingrid Freitas, Livia Palmieri, Rodrigo Eneas. Diagramação: Pedro Vieira. Ilustração: Phillipe Cedro e Tayelen Arruda. Tiragem: 10 mil exemplares. Endereço FNP: Setor de Rádio e TV Sul, Ed. Record, Sala 603 – CEP: 70340-910 – Brasília-DF. Fone/Fax: (61) 3044-9800/3044-9819. Email: secretaria@fnp.org.br. (www.fnp.org.br). Essa edição foi encerrada no dia 12/04/2017.

AGENDA

DATA	EVENTO	LOCAL	INFORMAÇÕES
19 de abril	Encontro Interinstitucional sobre Logística Reversa de Resíduos de Medicamentos	Brasília/DF	www.cff.org.br
24 a 28 de abril	IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável	Brasília/DF	www.emds.fnp.org.br
7 e 8 de junho	I Seminário do Simples Nacional para Gestores dos Municípios de Pernambuco	Recife/PE	www.receita.fazenda.gov.br

FNP contesta aplicação do novo regime de pagamento de precatórios

A FNP contestou, no dia 28 de março, o entendimento de alguns Tribunais de Justiça (TJ) locais, sobre a aplicação do novo regime de pagamento de precatórios, instituído pela Emenda Constitucional 94/2016. O Pedido de Providências foi aberto no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), exemplificado pela situação de Rio Branco/AC e Porto Alegre/RS.

De acordo com a nota técnica produzida pela entidade, em parceria com o Fórum Nacional de Procuradores-Gerais das Capitais Brasileiras, a decisão que será proferida no pedido de providências apresentado pela FNP produzirá efeitos para todos os municípios brasileiros. O documento pode ser conferido na íntegra, no site da FNP (www.fnp.org.br/biblioteca/documentos).

Caso haja sequestro, antes da apreciação do pedido liminar formulado pela FNP, o município deve

ajuizar ação própria perante o Poder Judiciário contra a decisão, utilizando-se dos fundamentos jurídicos constantes na Nota Técnica.

Emenda Constitucional 94/2016

Prefeitos entendem como inconstitucional a determinação de alguns TJ, para que municípios depositem valores mensais para pagamento de precatórios, a partir da soma de todo o estoque de débitos, dividido pelo número de meses restantes até se alcançar dezembro de 2020 (48 parcelas).

No entanto, foi instituído, para as 48 parcelas mensais, um piso mínimo de comprometimento da Receita Corrente Líquida entre o período de 2012 a 2014, fazendo com que elas possam ser variáveis.

Conforme explicitado na Nota Técnica, a Constituição não diz

em nenhum momento que o município devedor deve somar todo o valor de estoque da dívida de precatórios e dividi-lo em 48 parcelas, para se chegar ao valor de cada uma das parcelas restantes para quitação de todo o passivo.

Sendo assim, no Pedido de Providências, a FNP recomenda que os municípios apresentem seu plano de pagamentos para o ano de 2017, levando em consideração o depósito mensal de valores, nunca inferiores à média de comprometimento da receita corrente líquida no período de 2012 a 2014.

Na medida em que o município angariar novos recursos decorrentes dos novos instrumentos jurídicos criados pela EC 94/2016, deve apresentar plano de pagamentos com aumento do valor das parcelas mensais ■

Tesouro Nacional disponibiliza manual para contratação de operações de crédito

Está disponível no site da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a versão atualizada do Manual para Instrução de Pleitos (MIP). A publicação, que orienta gestores na contratação de operações de crédito por estados, Distrito Federal e municípios, tem como base as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Resoluções do Senado Federal, e regulamenta os procedimentos de instrução dos pedidos de análise dirigidos ao Ministério da Fazenda.

O manual discrimina, por tipo de operação de crédito e concessão

de garantia, os procedimentos para contratação, as condições ou vedações aplicáveis, os limites de endividamento a que estão submetidos, e os documentos exigidos pelo Senado Federal e a sua forma de apresentação. O objetivo é orientar técnicos com relação à forma adequada de fornecer as informações necessárias para a análise de propostas de créditos.

No manual também constam as informações relacionadas às medidas punitivas, chamando a atenção dos gestores para as responsabilidades institucionais e pessoais que impli-

cam esse tipo de operação.

Há, ainda, um capítulo específico referente a operações das empresas estatais não dependentes, com garantia da União, ou operações externas sem garantia, as quais requerem pronunciamento prévio do ministério da Fazenda para fins de cadastramento pelo Banco Central do Brasil, e das operações a serem analisadas diretamente pelas Instituições Financeiras, nos termos da Lei Complementar nº 148/2014.

Acesse o manual no site www.tesouro.fazenda.gov.br ■

Consems abre inscrições de chapas para eleição

Segue até o dia 20 de abril o prazo de inscrições das chapas para a próxima eleição do Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança (Consems). O presidente, o primeiro vice-presidente, a diretoria executiva e o conselho fiscal da entidade para o mandato 2017/2019 serão eleitos em Assembleia Geral no dia 24 de abril, durante o IV Encontro dos Mu-

nicipios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS).

Os candidatos interessados devem solicitar inscrição pelo e-mail sscdcpaulista@gmail.com ou pelo site <https://goo.gl/IWBEu4>.

Além da eleição da nova diretoria, a reunião do dia 24 de abril tem como pauta, ainda, a discussão sobre o Plano Nacional de Segurança; alteração do artigo 2º do Estatuto

do Consems; e prestação de contas da diretoria gestão 2015/2017.

O Consems é uma entidade que tem como objetivo atuar na proteção e defesa dos direitos humanos e do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), implementando a representação dos municípios, gradativamente, na perspectiva de contribuir no enfretamento das questões relativas à segurança pública ■

ANTP promove 65º Fórum Mineiro de Gerenciadores de Transporte e Trânsito



IV EMDS foi apresentado no evento

Juiz de Fora/MG sediou, nos dias 6 e 7 de abril, o 65º Fórum Mineiro de Gerenciadores de Transporte e Trânsito. O evento, promovido pela Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), marcou a reeleição do presidente do grupo, o secretário municipal de Transporte e Trânsito de Juiz de Fora, Rodrigo Tortoriello.

Representantes de mais de 20 cidades mineiras participaram da reunião, que teve como pauta a mobilidade urbana e a troca experiências e conhecimentos sobre a temática. “Neste espaço trocamos experiências, vemos o que deu certo e tentamos replicar as boas práticas”, declarou Tortoriello.

Para o superintendente da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), Luiz Carlos Mantovani Néspoli, os resultados alcançados pela entidade em 40 anos de história podem ser atribuídos à

enorme coletividade de colaboradores, dentre elas as discussões e proposições a partir das reuniões dos municípios, que contribuíram para geração de ideias, difusão de experiências, constituindo um dos maiores acervos técnicos do setor de mobilidade urbana.

Ainda durante o evento, Néspoli convidou os secretários mineiros a participarem da 88ª Reunião do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Públicos de Mobilidade Urbana, que será realizada em Brasília, no dia 26 de abril, em paralelo ao IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS).

Lançamento IV EMDS

No segundo dia de Fórum, os prefeitos e gestores mineiros participaram também do Lançamento Regional do IV EMDS. Saiba mais nesta edição do jornal ■

Nova diretoria FNP será eleita na 71ª Reunião Geral da entidade

A eleição da nova diretoria da FNP ocorrerá na 71ª Reunião Geral da FNP, durante o IV EMDS, no dia 26 de abril. Além da presidência da FNP, outros 77 cargos distribuídos em diretoria-executiva, representações temáticas, conselho fiscal, recortes estaduais e por porte populacional serão preenchidos por prefeitos e prefeitas em efetivo exercício de mandato. A posse será na sequência da eleição e o novo mandato vai até abril de 2019.

Para concorrer a um dos cargos, o prefeito deve estar em exercício de mandato, ter o seu município filiado e estar adimplente com a contribuição junto à FNP. A adimplência corresponde à quitação, em parcela única, da anuidade até a data da eleição ou ao pagamento de 4/12 avos da anuidade de 2017.

A nova diretoria tomará posse no mesmo dia da eleição, dia 26. Os membros eleito exercerão o mandato até abril de 2019, quando ocorrerá nova eleição.

26 de abril

14h às 16h - Assembleia de Eleição da Nova Diretoria da FNP
16h às 18h - Posse da Diretoria FNP e Encerramento do Brasil Mais Simples

IV EMDS debate alternativas para retomada do desenvolvimento nos municípios

Com o objetivo de construir estratégias para a retomada do desenvolvimento nos municípios, a FNP, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), realiza, de 24 a 28 de abril, o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), em Brasília/DF. “Temos percebido que os prefeitos têm a ansiedade em discutir o que fazer neste momento. Daí o eixo central ‘Reinventar o financiamento e a governança das cidades’, que norteará os debates”, destacou o presidente da FNP, Marcio Lacerda.

Consolidado como o maior evento de sustentabilidade

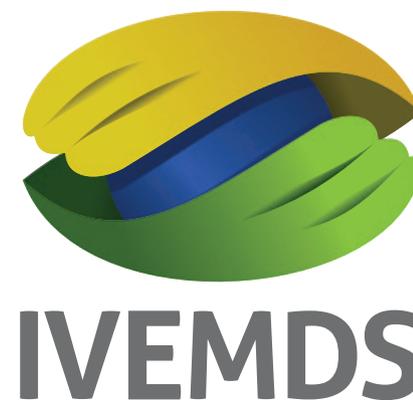
urbana do país, o IV EMDS apresenta uma pauta completa, que abrange temas como saúde, educação, mobilidade urbana, Parcerias Público-Privadas (PPPs), consórcios públicos, empreendedorismo. As inscrições são gratuitas e continuam abertas em www.emds.fnp.org.br/inscricoes.

Confira a programação das principais atividades do Encontro.

IV EMDS

Data: 24 a 28 de abril

Local: Estádio Nacional Mané Garrincha - Brasília/DF



Salas temáticas

Para aprofundar assuntos específicos, serão realizadas 22 Salas Temáticas durante os cinco dias do IV EMDS. Conteúdos de impacto nas cidades, na vida das pessoas e na gestão municipal serão ministrados por mais de 520 painelistas, entre moderadores, comentaristas e debatedores. A atividade é destinada especialmente a secretários, técnicos e gestores municipais.

Metodologia: para as Salas Temáticas desta edição foi criado o espaço Soluções Inovadoras, disponibilizado para que empresas/instituições possam detalhar produtos e soluções para os gestores. O moderador da mesa de debates fará a conexão do debate conceitual, proposto pela Sala Temática, com as Soluções Inovadoras.

PROGRAMAÇÃO DAS SALAS TEMÁTICAS - IV EMDS

LOCAL	24/04 segunda-feira		25/04 terça-feira		26/04 quarta-feira		27/04 quinta-feira		28/04 sexta-feira
	tarde	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã	
	14h15 às 17h30	9h às 12h15	14h15 às 17h30	9h às 12h15	14h15 às 17h30	9h às 12h15	14h15 às 17h30	9h às 12h15	
Sala 200		ST02	Brasil Mais Simples - A melhoria do ambiente de negócios			ST01	Pequenos negócios e o desenvolvimento local*		
Sala 258	ST03	Economia Solidária para o desenvolvimento sustentável			ST19	Conhecer e Intervir: desafios dos governos locais no enfrentamento das desigualdades sociais			
Sala 257	ST06	Consórcios Públicos e governança metropolitana em contexto de crise			ST05	Os municípios do g100 demandam tratamento diferenciado e favorecido			
Sala 256	ST07	Garantia da qualidade e do acesso universal à Saúde			ST12	Desafios da mobilidade urbana			
Sala 226	ST15	Eficiência energética, iluminação pública e energias renováveis			ST08	PPPs e Concessões para viabilizar investimentos			
Sala 254	ST17	Cidadania, participação social e o direito à cidade			ST22	Desafios da Previdência Municipal			
Sala 253	ST21	Segurança hídrica e Saneamento			ST11	Cidades inteligentes, humanas e eficientes			
Sala 252	ST16	Estratégias para otimizar as receitas municipais			ST04	Inovações para transformar a gestão e qualificar o gasto			
Sala 251	ST18	Responsabilidades das políticas setoriais com a Juventude			ST13	Os desafios federativos para a promoção da cidadania e da transversalidade na Educação			
Sala 227	ST20	Transparência na gestão, prevenção e combate à corrupção			ST10	A ressignificação urbano-ambiental das cidades brasileiras: os negócios urbanos e o fortalecimento de sua função socioambiental			
Sala 255	ST14	Gestão de resíduos: recursos à disposição dos municípios			ST09	Financiamento e implementação da Nova Agenda Urbana e dos ODS			

* Na ST01 também acontece o Encontro Nacional dos Agentes e Secretários Municipais de Desenvolvimento

TED-Alike

Conhecidos mundialmente por despertar em seus expectadores o interesse em se aprofundar nos temas apresentados, os fóruns TED-alike fazem parte da programação do EMDS desde a segunda edição.

Metodologia: a proposta do TED-alike é de que cada apresentação dure de 15 a 18 minutos e nesse espaço de tempo, os apresentadores apresentem suas ideias, por meio de recursos tecnológicos e audiovisuais.

As apresentações acontecem no dia 25 de abril.

Confira a programação no site
www.emds.fnp.org.br

Horário: 11h00 às 16h00

Local: Auditório do Subsolo

Praça de Boas Práticas

Atividade iniciada no II EMDS, oferece aos participantes a oportunidade de conhecer as metodologias das principais premiações nacionais e internacionais para ações e projetos implementados nas cidades.

Os participantes têm acesso às discussões das experiências positivas em diálogos com os próprios atores que vivenciam as iniciativas nas gestões locais. Dessa forma, as boas práticas já reconhecidas podem ser adaptadas e aplicadas em outras cidades.

Confira os expositores da Praça de Boas Práticas no site www.emds.fnp.org.br

Arena de Diálogos

De uma forma democrática, essa atividade convida os participantes do EMDS a darem suas opiniões sobre assuntos pertinentes à gestão das cidades.

Metodologia: No início de cada sessão, autoridades e especialistas convidados para os debates terão cerca de 15 minutos para exporem suas ideias. O dinamismo e a informalidade, características dessa atividade, oferecem a chance de os participantes serem palestrantes e ouvintes. Qualquer pessoa poderá sentar-se em uma das cadeiras vazias e participar do diálogo.

Programação: Transporte público, saúde e administração municipal são os temas centrais dos três debates da atividade, que será realizada nos dias 25 e 26 de abril.

Dia 25 de abril

“A democratização e a sustentabilidade dos sistemas de transporte público”, com início previsto para 16h.

Dia 26 de abril

“Aprimorar o diálogo federativo para garantir qualidade na saúde pública”, às 9h.

“Indicadores de gestão e de qualidade de vida na administração municipal”, com início às 11h.

Ponto de Encontro

Realizada desde a segunda edição do EMDS, a atividade é dedicada a reuniões e diálogos sobre temas escolhidos pelos participantes. A organização da agenda é exposta em murais e todos podem participar das conversas.

As reuniões já podem ser agendadas pelo e-mail rebecca.sousa@fnp.org.br, a partir dos seguintes horários:

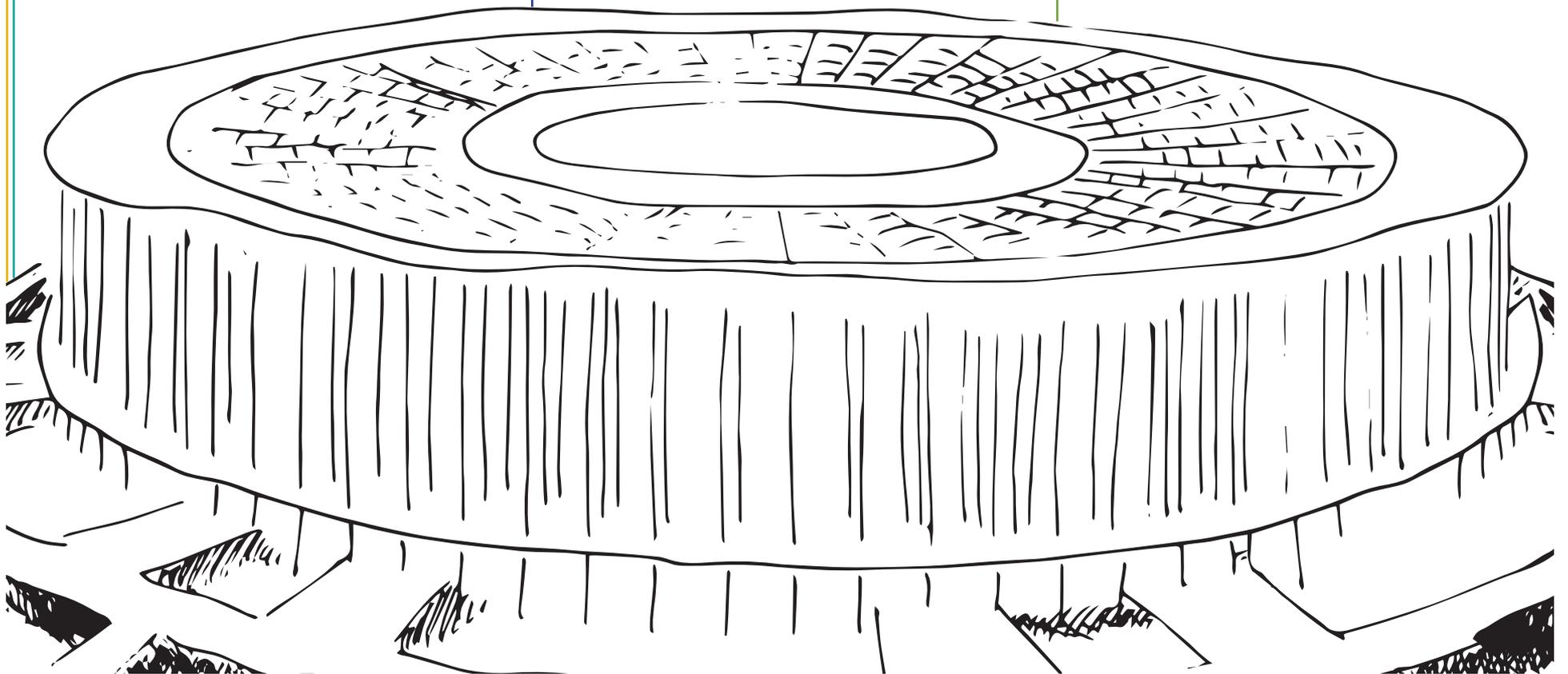
- 9h – 10h30
- 10h45 – 12h15
- 12h30 – 13h45
- 14h – 15h30
- 15h45 – 17h30

Existe a possibilidade de 10 reuniões por dia, sendo divididas em mesas para diálogo com 6 e 8 lugares.

Metodologia: baseado na Tecnologia Espaço Aberto (Open Space Technology), o Ponto de Encontro traz uma abordagem para encontros de grupos e tem como princípio fundamental a livre inscrição de temas para as mesas de conversa. A grande diferença desse método é que são os próprios participantes que definem o que vai ser debatido.

PARTICIPE

www.emds.fnp.org.br



Confira os mapas do maior evento sobre sustentabilidade urbana do país

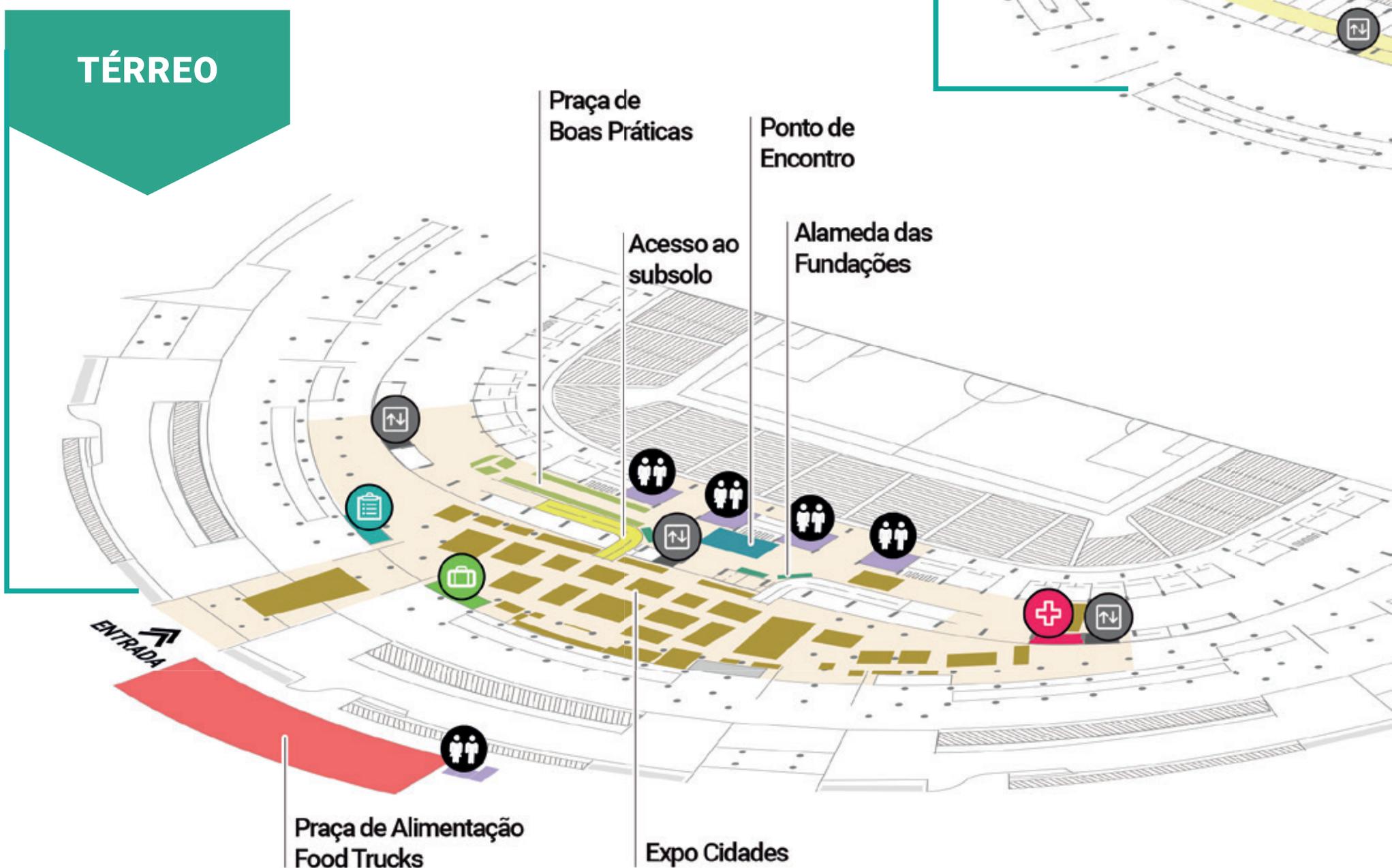
Você já pode ir se ambientando com a estrutura montada para a quarta edição do Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (IV EMDS), os pontos de acesso, os locais da Arena de Diálogos; TED-alike; Salas Temáticas; Praça de Boas Práticas; Ponto de Encontro; Alameda das Fundações e Expo Cidades. Esta edição do jornal traz para você

os mapas do evento, separados da seguinte maneira: térreo com área externa; segundo pavimento, Praça de Food Trucks, Expo Cidades e subsolo. O aplicativo do IV EMDS (EMDSApp), que está disponível nas lojas virtuais para IOS e Android, também conta com os mapas. Faça a sua inscrição, baixe o aplicativo, e seja bem-vindo ao maior evento sobre sustentabilidade urbana do país ■

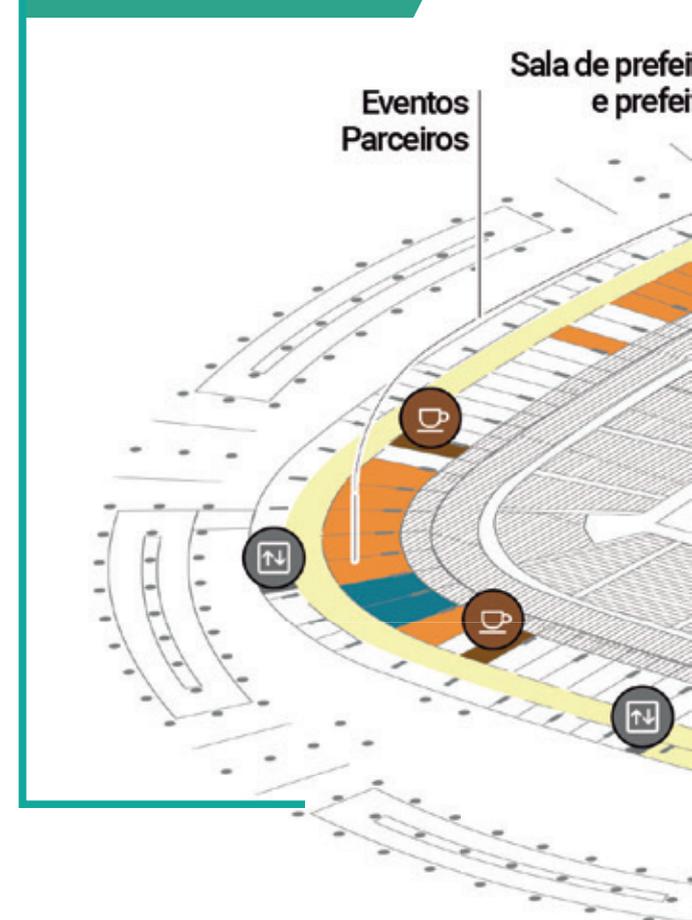
LEGENDAS

- | | | |
|---|--|--|
|  Credenciamento |  Posto Médico |  Embarque |
|  Guarda volumes e Achados e perdidos |  Cafés |  Desembarque |
|  Elevadores |  Sanitários | |

TÉRREO



SEGUNDO PAVIMENTO



Lançamentos regionais do IV EMDS reúnem milhares de pessoas em todo o país

Mais de duas mil pessoas, de todas as cinco regiões do país, participaram dos 27 lançamentos regionais para o IV EMDS. Iniciados em fevereiro deste ano, foram cerca de 400 municípios alcançados pela divulgação do maior evento sobre sustentabilidade urbana do país.

Entre as cidades que já sediaram os lançamentos: Recife/PE (3 de fevereiro); Salvador/BA e Fortaleza/CE (10 de fevereiro); Campinas/SP (17 de fevereiro); Porto Alegre/RS (8 de março); Rio de

Janeiro/RJ (9 de março); Contagem/MG (10 de março); Divinópolis/MG (11 de março); João Pessoa/PB (16 de março); São Paulo/SP (17 de março); Muriaé/MG (18 de março); Uberlândia/MG (22 de março); Uberaba/MG (23 de março); Apucarana/PR (24 de março); Manaus/AM (30 de março); Santos/SP (31 de março); Joinville/SC (31 de março); Palmas/TO (03 de abril); Brasília/DF (04 de abril); Poços de Caldas/MG e Vitória/ES (05 de abril); Almenara/MG (06 de abril); Juiz de Fora/MG, Ribeirão Preto/

SP e Aparecida de Goiânia/GO (07 de abril); Montes Claros/MG (8 de abril) e Varginha/MG (11 de abril).

Os lançamentos regionais preparatórios têm o objetivo de apresentar o IV EMDS, os projetos da FNP voltados para o desenvolvimento dos municípios e estimular a participação dos governantes no maior evento sobre sustentabilidade urbana do país.

Promovido pela FNP, com apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e das

prefeituras anfitriãs, os encontros reúnem prefeitos, secretários e gestores municipais que têm a oportunidade de contribuir com o IV EMDS que, nes-



Brasília/DF



Apucarana/PR



Campinas/SP



Joinville/SC



Contagem/MG



Divinópolis/MG



Fortaleza/CE



João Pessoa/PB



Manaus/AM



Montes Claros/MG



Muriaé/MG



Palmas/TO



Poços de Caldas/MG



Porto Alegre/RS



Recife/PE



Rio de Janeiro/RJ



Salvador/BA



Santos/SP



São Paulo/SP



Uberaba/MG



Vitória/ES

ta edição, terá as discussões norteadas pelo tema central “Reinventar o financiamento e a governança das cidades” ■



Aparecida de Goiânia/GO



Juiz de Fora/MG



Almenara/MG



Varginha/MG



Uberlândia/MG



Ribeirão Preto/SP

Instituições parceiras têm agendas no IV EMDS

Fóruns, Entidades, Associações, Organizações e outras instituições têm espaço garantido no IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS). Os Eventos Parceiros do maior evento sobre sustentabilidade urbana do país irão contemplar oficinas, workshops, mesas redondas e reuniões, por exemplo.

Com o objetivo de oportunizar atividades agregadoras de conteúdo, mais de 30 Eventos Parceiros estão sendo construídos para o IV EMDS. A proposta já foi um sucesso no III EMDS: só o Seminário Brasil Mais Simples, na ocasião, reuniu mais de 800 gestores para falarem sobre desenvolvimento econômico, empreendedorismo, desburocratização, regulamentação e valorização dos pequenos

negócios.

Além do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), que realizará nova edição do Seminário Brasil Mais Simples, o IV EMDS conta com outros parceiros, como o Banco Mundial, Johnson & Johnson, WRI - Cidades Sustentáveis, Partido Democrático Trabalhista (PDT), Embaixada da França, AutoPass, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Entre as associações e Conselhos, confirmaram eventos a Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma), Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae) e Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais

de Segurança (CONSEMS).

Também terão eventos alguns fóruns, como o Fórum Nacional dos secretários e dirigentes municipais de órgãos de cultura, Fórum dos Secretários de Desenvolvimento Econômico, Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Transporte Urbano e trânsito (FNTT), Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Relações Internacionais (FONARI), Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Públicos de Mobilidade Urbana e Fórum Nacional dos Secretários de Meio Ambiente das Capitais (CB27).

Haverá, ainda, atividades voltadas para projetos como a oficina do “Respeitar Proteger Garantir”; oficina Disque 100, Marco Regulatório das ONGs e Balcão de Direitos

Transporte ativo para a construção de cidades de baixo carbono

No IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (IV EMDS), o World Resources Institute Brasil (WRI Brasil) em parceria com a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) promove o diálogo entre governos locais sobre uma mobilidade ativa e de baixo carbono por meio dos Ciclo de Minicursos TUMI (Iniciativa Transformadora de Mobilidade Urbana).

O minicurso “Soluções para Cidades Ativas e Seguras” pretende capacitar gestores e técnicos para acelerar o desenvolvimento de políticas públicas que alavanquem pro-

jetos de mobilidade voltados à promoção da caminhada e do uso da bicicleta.

“Priorizar a mobilidade ativa, isto é, o transporte a pé ou de bicicleta, significa reduzir a emissão de gases de efeito estufa do setor de transporte, diminuir acidentes e promover uma sociedade inclusiva”, disse Paula Santos, Coordenadora de Mobilidade Urbana e Acessibilidade do programa de cidades do WRI Brasil.

As cidades contribuem com 70% das emissões globais de gases de efeito estufa (GEE) no setor de energia, e uma grande

porção das emissões urbanas no Brasil está relacionada ao transporte.

Os minicursos TUMI serão realizados entre segunda e quarta-feira no IV EMDS, resultado de uma parceria entre a Cooperação Alemã, GIZ Brasil, WRI Brasil, ITDP Brasil e ICLEI Brasil. O Minicurso “Soluções para Cidades Ativas e Seguras” irá acontecer na tarde da terça-feira, 25 de abril.

Acompanhe a programação completa dos Minicursos em <http://wricidades.org/eventos/ciclo-de-minicursos-tumi-no-emds> ■

Fórum de Procuradores elege nova diretoria e discute temas prioritários da pauta municipalista

O Fórum Nacional de Procuradores-Gerais das Capitais Brasileiras já tem uma nova diretoria. Eleita no dia 9 de março, na sede da FNP, em Brasília/DF, o grupo passa a ser presidido pelo procurador-geral de Rio Branco/AC, Pascal Khalil. O procurador-geral de Fortaleza/CE, José Leite, é o vice-presidente e o procurador-geral de São Paulo/SP, Ricardo Ferrari, é o secretário.

Além das discussões sobre a nova diretoria e a possibilidade de mudança da sede do Fórum para a capital federal, foram debatidos também temas urgentes da pauta municipalista, como o pagamento de precatórios e as dificuldades de liberação dos depósitos judiciais pelos tribunais de justiça e bancos.

“Os Tribunais de Justiça não estão dando uma aplicação adequada à nova emenda constitucional tentando impor uma interpretação que onera e dificulta a situação dos municípios para o pagamento dos precatórios”, afirmou o novo presidente do Fórum, Pascal Khalil.

De acordo com Khalil, a reunião também

foi uma oportunidade para discutir algumas medidas que deverão ser tomadas acerca da Emenda Constitucional nº 94, inclusive em conjunto com a FNP. “Já temos um trabalho do nosso ex-presidente, Rúsvel Beltrame, no sentido de elaborar um pedido de providências junto ao Conselho Nacional de Justiça que será aberto para receber contribuições das capitais brasileiras”, disse.

“Precisamos provocar o CNJ para que avalie a posição dos tribunais de justiça em relação à aplicação da emenda e iniciar, também no CNJ, uma discussão sobre os instrumentos que a emenda introduziu, como a possibilidade de contrair empréstimos dos agentes financeiros nacionais para pagamento de precatórios, no entanto, os bancos sinalizam que é necessária regulamentação para a realização dessa operação de crédito”, concluiu Khalil.

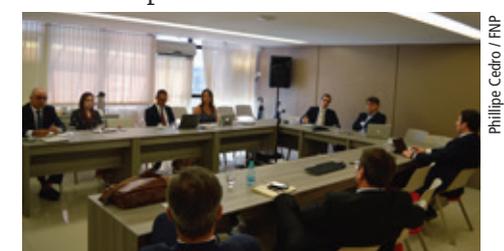
Também participaram da reunião os procuradores-gerais de Maceió/AL, Diogo Nunes, de Teresina/PI, Georgia Nunes, de Belém/PA, Rui Sousa, além de representante do muni-

cípio de Porto Alegre/RS, Nelson Marisco.

O Fórum

Os procuradores de Belo Horizonte/MG, Rúsvel Beltrame, ex-presidente do Fórum, e de Porto Alegre/RS, Cristiane Nery, vice-presidente, participaram da reunião e realizaram a transição dos cargos. As vice-presidências regionais serão definidas posteriormente.

A atuação do fórum é abrangente e tem o objetivo de acompanhar os assuntos que afetam os interesses dos municípios, especialmente das capitais, como as matérias em tramitação no Congresso Nacional ou nos tribunais superiores ■



Reunião aconteceu na sede da FNP

Instituto Federal de Brasília promove Desafio de Projetos durante o IV EMDS

O IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (IV EMDS) tem também na programação o 3º Desafio de Projetos. A atividade, promovida pelo Instituto Federal de Brasília (IFB), vai reunir especialistas, docentes e alunos com diferentes formações técnicas e experiências profissionais para traçar estratégias de ação no enfrentamento dos pro-

blemas ambientais nos municípios.

O IFB estará em um espaço de trabalho, com salas de discussões e painéis midiáticos para simulação das possíveis situações de crise. Segundo a metodologia proposta, quatro equipes formadas por estudantes de cursos técnicos e superiores serão lideradas por professores, que vão conduzir as discussões e agir como facilitado-

res para o desenvolvimento das ideias inovadoras para solução dos problemas das cidades. Cada equipe apresentará os planos de ação desenvolvidos, e receberá a avaliação de observadores.

“A oportunidade integra a aplicação de vários conhecimentos desenvolvidos nos cursos do IFB e promove troca de conhecimento, inclusão social, senso de respon-

sabilidade e cidadania diante da sociedade. Com o empoderamento dos alunos, surge uma proposta para a melhoria da qualidade de vida da população nas cidades”, explica Sandra Branchine, professora do IFB e integrante da equipe responsável pela atividade no evento.

O Desafio de Projetos é uma iniciativa do IFB para promover

a interação entre diversas áreas de conhecimento para criação de soluções locais; criar uma rede colaborativa de geração e troca de conhecimento entre os alunos e profissionais; desenvolver diálogo entre as disciplinas considerando diversos pontos de vista e formas de conhecimento; gerar uma linha de ação para superar as dificuldades locais ■

Programa Fortalecer Municípios visa melhorar capacidade técnica

No dia 26 de abril, durante o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (IV EMDS) será lançado o Programa Fortalecer Municípios, um projeto que tem o objetivo de fortalecer coletivamente os municípios local e regionalmente. Uma realização da FNP com o apoio da União Europeia, o Programa visa aprimorar a gestão e preparar as bases fiscais e tributárias para aumentar a capacidade institucional e administrativa dos municípios.

O intuito do programa é aprimorar o ambiente jurídico e institucional de diálogo entre municípios, estados e União, reforçando e ampliando as capacidades governativas dos municípios em eixos e instrumentos estratégicos da governança e das prerrogativas federativas dos municípios no Brasil. O programa tem, ainda, o objetivo de indicar as condições para o fortalecimento institucional das associações nacionais

de municípios.

Para isso, prevê a elaboração de metodologias específicas, construção e implementação de instrumentos e dispositivos de apoio aos municípios na realização de



**FORTALECER
MUNICÍPIOS**

Programa de Governança Local e Articulação Federativa

Iniciativa: Frente Nacional de Prefeitos e União Europeia

projetos do PMAT. O Programa será desenvolvido preferencialmente aos municípios brasileiros mais populosos pertencentes ao g100 (grupo dos municípios com mais de 80 mil habitantes, baixa receita pública per capita e alta vulnerabilidade socioeconômica) e envolverá a realização de seminários, aplicação de capacitações, elaboração de guias metodológicos e a estruturação de banco de melhores práticas nos eixos do Programa.

A estratégia é instituir polos de atuação do projeto pelo país aparado na co-participação de instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), consórcios públicos, entre outros.

Para participar do Programa, o município deve estar filiado e adimplente com as anuidades da FNP. Em Pernambuco, o Programa já se consolidou com a parceria do Sebrae-PE ■

diagnósticos, desenvolvimento de projetos e aproveitamento de ferramentas de gestão estruturantes e modelos de governança pública mais transparentes e eficazes como o Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT) e as Parcerias Público-Privadas.

De acordo com a proposta, serão apoiados pelo menos 60

Rede lança guia para elaboração de políticas públicas



Gestores de áreas relacionadas aos direitos humanos e assistência social já podem contar com uma ferramenta de orientação prática para a construção e execução de políticas públicas para as crianças: o Guia para Elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância. A publicação é uma iniciativa da Rede Nacional Primeira Infância, por meio da campanha Criança é Prioridade, e está disponível na página da entidade.

O guia traz sugestões objetivas e um passo-a-passo do trabalho de elaboração de um Plano Municipal

pela Primeira Infância (PMPI), que deve contar com a participação de diferentes esferas dos governos, da sociedade civil e das próprias crianças. Os planos são constituídos de um diagnóstico da situação de vida, desenvolvimento e aprendizagem das crianças no município, uma lista de ações das diferentes secretarias para garantir que os direitos das crianças sejam integralmente atendidos, e metas que permitam avaliar as políticas em curso.

De acordo com Marina Fragata Chicaro, coordenadora de Conhecimento Aplicado da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, apoiadora da campanha, o guia será uma ferramenta de apoio prático importante aos prefeitos. “Nossa leitura é de que o ano de 2017 reúne condições favoráveis para o Brasil avançar na implementação de políticas públicas de primeira infância”, acrescentou.

O documento está disponível gratuitamente no site primeirainfancia.org.br ■

Recursos do FGTS poderão ser usados para desapropriação de obras de mobilidade

Uma resolução, aprovada no dia 21 de março, pelo Conselho Curador do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS), dará mais celeridade às ações na área de mobilidade urbana. Com a medida, os governos estaduais e municipais poderão, a partir de agora, usar recursos do FGTS para financiar o pagamento de desapropriações na execução de projetos.

Essa é mais uma conquista da FNP, que tem defendido a desburocratização da máquina pública,

em especial, para viabilizar a execução de projetos de mobilidade urbana.

A proposta aprovada pelo Conselho prevê a liberação de até 15% do total da obra de mobilidade urbana em recursos do FGTS para a compra de terrenos, a maioria dessas aquisições ocorre por meio de desapropriações. Já os valores que excederem esse teto deverão ficar sob responsabilidade dos entes federativos. Atualmente, os custos com desapropriação são uma contrapartida do tomador dos

financiamentos, desembolsados no início do projeto. Agora, essa contrapartida do tomador poderá ser diluída na execução do contrato.

O objetivo, segundo o Conselho Curador do FGTS, é evitar que obras de mobilidade urbana sejam paralisadas por falta de recursos para as desapropriações. “O uso de FGTS para o pagamento de indenizações não estava previsto, e isso inviabilizava as obras, porque as prefeituras não tinham recursos para indenizações”, explica o secretário executivo do Conselho,

Bolivar Moura Neto.

Segundo ele, a regulamentação da decisão do Conselho vai determinar que as áreas remanescentes de desapropriações que não forem aproveitadas na obra de mobilidade sejam utilizadas para projetos de habitação social.

Ainda conforme decisão do Conselho Curador, presidido pelo ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, a aquisição de terrenos pode ser financiada no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urba-

na (Pró-Transporte).

A iniciativa é voltada ao financiamento dos setores público e privado na implantação de sistemas de infraestrutura do transporte coletivo e mobilidade urbana.

O programa atende a estados, municípios, Distrito Federal, órgãos públicos, concessionárias ou permissionárias, consórcios que têm a concessão ou permissão do transporte público coletivo urbano, além das Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs) ■



Presidente da FNP participa de seminário sobre saneamento

Divulgação / ABDIB



Reunião aconteceu em São Paulo

Planejamento, insegurança jurídica, regulação difusa e ausência de padrão nas diretrizes foram alguns dos desafios citados no seminário “As Soluções para o Saneamento Básico e os Recursos Hídricos no Brasil”, realizado pela Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), no dia 16 de março, em São Paulo/SP. A mesa de abertura “A articulação entre União, estados e municípios” contou com a participação do presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Marcio Lacerda.

De acordo com a ABDIB, os empresários apontam que a le-

gislação que rege o setor de saneamento é moderna e oferece inúmeros modelos para a expansão dos investimentos, respeitando as características díspares entre empresas estaduais (que representam cerca de 70% do atendimento no saneamento básico) e regiões brasileiras.

Os participantes avaliaram que não há falta de recursos disponíveis para financiar a expansão da infraestrutura de forma mais acelerada e que o atual momento oferece novas janelas para a inserção do setor privado no aporte de capital, capacidade financeira e, sobretudo, gestão e governança.

A Associação também afirmou que, no horizonte, surge espaço para o retorno de operadores privados com visão de longo prazo na gestão e nos investimentos em infraestrutura de água e esgoto. Além de um movimento natural de aquisições e consolidação de ativos existentes, e a oferta de oportunidades pelo programa conduzido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O tema estará presente na Sala Temática “Segurança Hídrica e Saneamento” do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS) ■

Associação dos Municípios Adjacentes a Brasília elege nova diretoria

O prefeito de Águas Lindas de Goiás/GO, Hildo Candango, assumiu, no dia 31 de março, a diretoria da Associação dos Municípios Adjacentes a Brasília (AMAB), sucedendo a vice-presidente de Vigilância Sanitária da FNP, Lucimar Conceição, ex-prefeita de Valparaíso de Goiás/GO. Na ocasião também foi realizado o seminário “Boas Práticas e Parcerias de Sucesso na Gestão Municipal” para divulgar as boas ações e práticas exitosas da administração pública em tempos de crise.

Hildo Candango pediu a união de todos os prefeitos para fortalecer a região. “Não adianta apenas esta diretoria buscar recursos e

investimentos para nossa região. É necessário que estejamos unidos em prol do propósito maior que é a Região Metropolitana”, afirmou.

Para Lucimar, a atuação dos prefeitos reeleitos, das cidades adjacentes, como fundamental para a atuação dos novos governantes. “A gestão de prefeitos reeleitos como Hildo Candango (Águas Lindas de Goiás) e Paulo Sérgio De Rezende (Hidrolândia/GO) devem servir de exemplo para os novos governantes. São gestões que trabalham com o pouco que recebem e conseguem se destacar”, disse.

A vice-presidente da FNP falou, ainda, sobre os desafios que enfrentou em sua gestão, enquan-

to presidente da AMAB. “Tivemos a missão de fortalecer a AMAB e conseguimos dinamizar a sua atuação com o apoio de outras entidades, como a Frente Nacional de Prefeitos e a Associação Brasileira dos Municípios”, destacou.

Também estiveram presentes os prefeitos de Abadiânia/GO, Alexânia/GO, Cidade Ocidental/GO, Pirenópolis/GO e Planaltina/GO.

O secretário executivo da FNP, Gilberto Perre, convidou o público, em especial as prefeitas e prefeitos presentes, a participarem do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS) ■

Municípios economizam com eficiência orçamentária

Dez municípios brasileiros economizaram mais de R\$ 8 milhões em despesas e captação de recursos por meio de projetos realizados pelo Programa de Apoio à Gestão Pública (AGP), do Instituto Votorantim. Os municípios de Sobral/CE, Nobres/MT, Aripuanã/MT, Niquelândia/GO, Três Marias/MG, Caçapava do Sul/RS, Juquiá/SP, Miracatu/SP, Tapiraí/SP e Votorantim/SP são os municípios que participaram de projetos de eficiência orçamentária.

Executados em quatro etapas, a primeira fase dos projetos realiza um diagnóstico financeiro e de gestão. O objetivo é mapear a situação da prefeitura em todos os aspectos, mas com foco maior nas secretarias de Planejamento e Finanças, Educação, Saúde e Assistência Social, tanto pela importância dessas áreas no orçamento, quanto pela possibilidade de impactar os serviços prestados à população.

Na etapa seguinte, são desenvolvidos planos de melhoria com base no diagnóstico e pactuadas as metas – de economia de despesas, incremento de receita e melhoria de controles e fiscalização, entre outras

– sendo definido então o plano de ação para atingi-las.

Também começam a ser avaliadas oportunidades para captação de recursos externos, tanto onerosos quanto não onerosos. Nessa fase, acontece uma capacitação com grupos de, pelos menos, 30 funcionários da prefeitura e, pelo menos, a metade deles deve ser composta de servidores concursados.

A terceira envolve o acompanhamento da implantação dos recursos captados. Para isso, o AGP só fomenta pedidos que sejam sustentáveis – por exemplo, não há solicitação de recursos para um novo posto de saúde se não existir orçamento para mantê-lo. Já as ações que reduzem gastos são bem-vindas, desde que não prejudiquem os serviços prestados à população.

Na quarta fase são desenvolvidos projetos de aprofundamento em casos complexos para alguma área específica da prefeitura, buscando potencializar os resultados.

As duas últimas etapas não necessariamente acontecem, porque muitas vezes não fazem sentido para o tipo de projeto desenvolvido ■

Eleita a diretoria da Amusuh para o biênio 2017/2018

O prefeito de Abdon Batista/SC, Lucimar Salmória, é o novo presidente da Associação dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas e Alagados (Amusuh). A presidência, a diretoria e os conselhos Fiscal e Legislativo da entidade foram definidos em eleição por aclamação.

“Assumimos a AMUSUH com muito otimismo e entendemos que o trabalho coletivo será o ponto forte. Temos muitas etapas para cumprir, principalmente no aprimoramento legislativo, e, para isso, vamos intensificar nosso trabalho com os parlamentares, sempre no sentido de garantir os direitos já adquiridos e lutar por aqueles que entendemos como justos. Confio e acredito que teremos um grande trabalho”, destaca Salmória.

Além do prefeito Salmória, foram eleitos os prefeitos de Cotiporã/RS, José Carlos Breda (vice-presidente); Ilha Solteira/SP, Otávio

Gomes (vice-presidente); Tucuruí/PA, Jones Willian da Silva Galvão (1º secretário); Capitão Leônidas Marques/PR, Claudiomiro Quadri (2º secretário); Fronteira/MG, Marcelo Mendes Passuelo (diretor administrativo); Baixo Guandu/ES, José de Barros Neto (diretor financeiro) e Paulo Afonso/BA, Luiz Barbosa de Deus (diretor de comunicação).

Os novos dirigentes da Amusuh já cumpriram audiências nos ministérios da Agricultura, Minas e Energia e Integração Nacional, e foram recebidos também pelo presidente da República, Michel Temer, e pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia.

A Amusuh representa 727 municípios, que geram mais de 60% da energia elétrica do país. A entidade é uma das mais de 100 apoiadoras do IV EMDS, o maior evento sobre sustentabilidade urbana do país ■

Presidente sanciona lei que estende prazo para repatriação de recursos com partilha da multa

O presidente da República Michel Temer sancionou, sem vetos, no dia 30 de março, a lei que reabre o prazo para repatriação e regularização de ativos mantidos no exterior e não declarados. A Lei 13.428/2017, decorrente do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 405/2016, foi publicada no Diário Oficial do dia 31 de março e também garante a partilha da multa com os estados e os municípios.

Primeiramente aprovado no Senado, em novembro de 2016, o PLS foi votado na Câmara com alterações, em fevereiro deste ano. O Senado então aprovou o substitutivo da Câmara em votação simbólica no último dia 14 de março. A regulamentação da matéria pela Receita Federal deve ocorrer até o fim de abril.

Com a nova lei, o prazo para a repatriação passou de 38 para 120

Divulgação / ABDIB



dias, que serão contados a partir da data de regulamentação da Receita Federal. O patrimônio a ser declarado será aquele em posse do declarante em 30 de junho de 2016. A tributação total também mudou. O texto estabelece 15% de Imposto de Renda e 20,25% de

multa. Dos valores arrecadados com a multa, 46% serão repartidos com os estados e os municípios por meio dos fundos de participação (FPE e FPM). A partilha da multa com municípios é uma das grandes conquistas da FNP em 2016 ■

CONQUISTA
FNP

Proposta da FNP para a Cide Municipal é aprovada em Comissão Especial

A Comissão especial da Proposta de Emenda à Constituição 159-A aprovou, no dia 15 de março, a recomendação da FNP de ter a Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (Cide) Municipal sobre os combustíveis como alternativa para o barateamento das tarifas. Agora, a PEC segue para votação, em dois turnos, pelo plenário da Câmara dos Deputados.

Segundo entendimento da FNP, a Cide Municipal sobre os combustíveis subsidiaria parte do custo das tarifas de transporte coletivo. A iniciativa seria de autonomia dos municípios e Distrito Federal, por meio de legislação própria.

Conforme dados da Faculdade Getúlio Vargas (FGV), um acréscimo de R\$ 0,10 no preço do combustível reduziria cerca de R\$ 0,30 no valor da tarifa. Atualmente, a Constituição prevê a aplicação dos

recursos da Cide apenas no pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e derivados e, ainda, derivados de petróleo.

Relatório

Apresentado no dia 7 de março, o deputado Mario Negromonte Junior (BA), relator da PEC, utilizou como base a proposta da FNP para defender a instituição facultativa da contribuição para o custeio do serviço.

De acordo com o texto do parlamentar, o substitutivo apresentado "faculta a instituição de contribuição para o custeio do serviço de transporte público coletivo municipal, intermunicipal, interestadual e internacional de caráter urbano, incidente sobre a venda a varejo de gasolina, etanol combustível e gás natural veicular" ■



IV ENCONTRO DOS MUNICÍPIOS COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Reinventar o financiamento e a governança das cidades
24 a 28 de Abril de 2017 | Estádio Mané Garrincha | Brasília - DF

BAIXE O EMDSAPP




Download on the
App Store

Get it on
Google play

Parceria:



Realização:

